

17º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

28 E 29 DE AGOSTO DE 2023



CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

17º

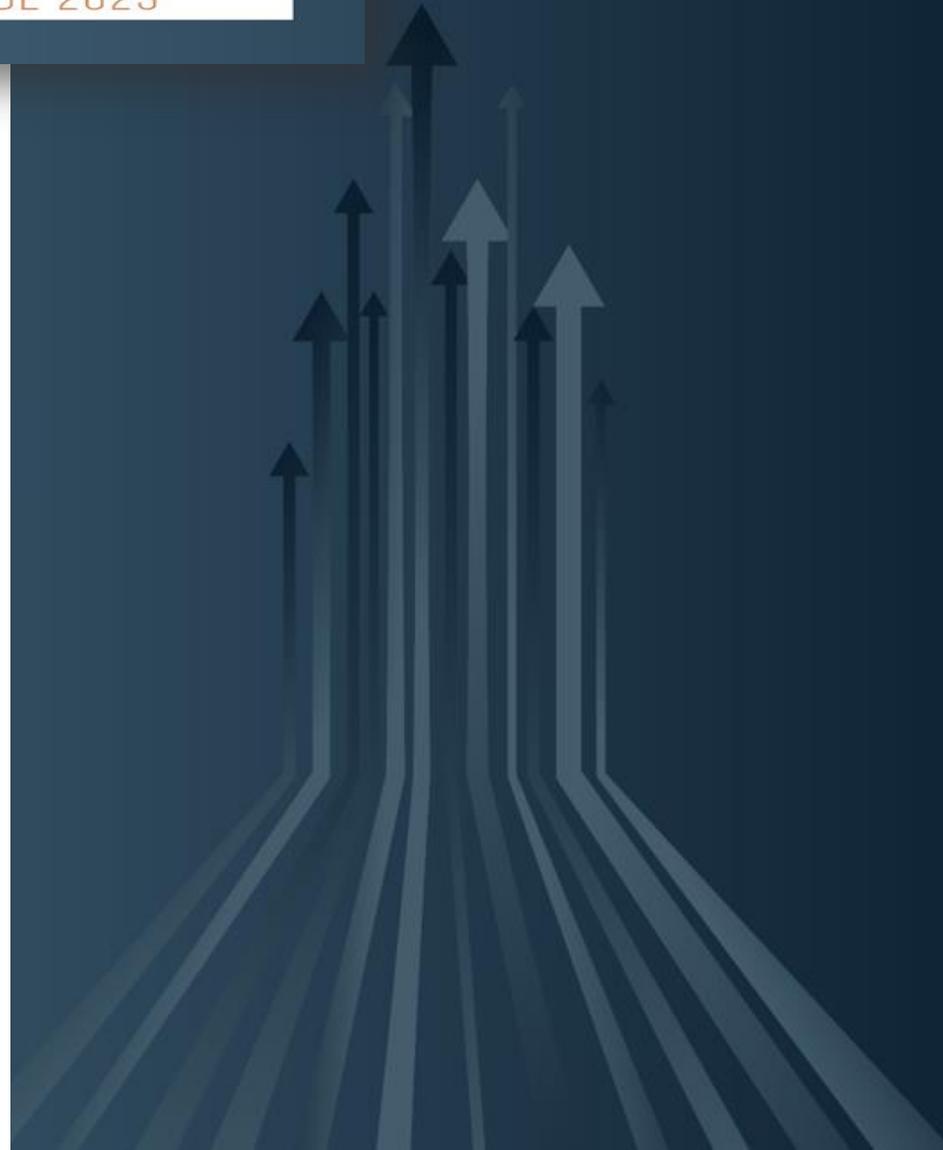
ENCONTRO NACIONAL
DO PODER JUDICIÁRIO

2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

28 E 29 DE AGOSTO DE 2023

METAS 2023

CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



Alinhadas à Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, as Corregedorias dos Tribunais, durante o XVI Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as Metas Nacionais e as Diretrizes Estratégicas das Corregedorias para 2023.

Para o ano de 2023, houve a inovação consistente na aplicabilidade das Metas e Diretrizes para os órgãos que detenham competência correicional (Presidências e Corregedorias).

As Metas 1, 2 e 3 são as mesmas de 2022, e foram incorporadas 3 novas Metas para 2023.

Os resultados das Metas 2023 podem ser acompanhados por meio do painel de acompanhamento na página da Corregedoria Nacional no site do CNJ, no seguinte *link*:

[Metas das Corregedorias 2023 \(cnj.jus.br\)](https://cnj.jus.br)

Corregedoria Nacional - Portal CNJ



Sessões
 PJe

Receba por e-mail o CNJ Notícias

nome

Email

ASSINE

Direitos Humanos

Sustentabilidade

Penal e Socioeducativo

Infância e Juventude

Sistemas

Semana de Regularização Fundiária

SOLO SEGURO

17º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

2ª REUNIÃO PREPARATORIA

28 E 29 DE AGOSTO DE 2023

ENCONTRO NACIONAL DE MAGISTRADOS(AS) DE COOPERAÇÃO E A REUNIÃO DOS NÚCLEOS E MAGISTRADOS(AS) DE COOPERAÇÃO

REDE NACIONAL DE OUVIDORIAS DO PODER JUDICIÁRIO

Notícias do Judiciário

TJES

Representantes do CNJ visitaram unidades socioeducativas no Espírito Santo

📅 24 de agosto de 2023

TJTO

Semana Solo Seguro: entrega de títulos de regularização fundiária por Lizarda (TO)

📅 24 de agosto de 2023

TJMA

Escola da Magistratura maranhense lança 1º Concurso Nacional de Artigos Científicos

📅 24 de agosto de 2023

TJSC

Justiça catarinense apresenta programa Novos Caminhos a cinco tribunais

📅 23 de agosto de 2023

TJMT

TJAL



Corregedoria Nacional - Portal CNJ



- Home
- Contato

Metas e Diretrizes Estratégicas

- Sobre
- Metas 2023
- Metas 2022
- Metas 2021
- Metas 2020
- Metas Anteriores
- Rede de Informações sobre a Litigância Predatória

Programas e Ações

- Atividade Disciplinar
- Disque Cidadania
- Inspecções e Correições
- Registre-se
- Trabalho Presencial

Extrajudicial

- Sobre
- Agente Regulador do ONR
- Apostila da Haia
- Justiça Aberta
- Dúvidas Frequentes
- Peticionamento Eletrônico
- Painel dos Concursos
- Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp)
- Comissão de Proteção de Dados

A Corregedoria Nacional de Justiça é responsável pela orientação, coordenação e execução de políticas públicas voltadas à atividade correicional e ao bom desempenho da atividade judiciária dos tribunais e juízos e dos serviços extrajudiciais do País.

Para melhor compreensão, pode-se dizer que as atribuições da Corregedoria estão divididas em cinco áreas de atuação. Clique nas atividades da figura a seguir para conhecer algumas ações implementadas nessas áreas de atuação:



Corregedoria Nacional - Portal CNJ

Corregedorias para 2023.

[Glossário de Metas e Diretrizes Estratégicas Nacionais – 2023](#)

O cumprimento parcial e total das Metas, bem como o quantitativo de procedimentos disciplinares considerado em cada uma das Metas, por Tribunal ou por segmento de justiça, constam do “Painel de Acompanhamento de Metas” no link abaixo.

[Painel de Acompanhamento das Metas](#)

Cronograma de validação de dados das Metas 1, 2 e 3:

1º Período de referência – 1º/1/2023 a 31/3/2023 – validação de dados 1º a 30/4/2023

2º Período de referência – 1º/4/2023 a 30/06/2023 – validação de dados de 1º a 31/7/2023

3º Período de referência – 1º/7/2023 a 30/9/2023 – validação de dados de 1º a 31/10/2023

4º Período de referência – 1º/10/2023 a 31/12/2023 – validação de dados de 7/1 a 15/2/2024

Cronograma de validação de dados das Metas 4, 5 e 6:

No prazo de 90 dias, a partir de 09/01/2023.

Cronograma de envio de informações das Diretrizes Estratégicas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11:

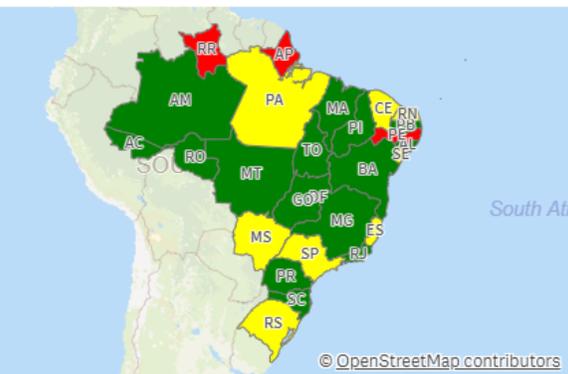
Período único de referência – 1º/1/2023 a 30/11/2023 – envio das informações 4/12 a 12/1/2024

Cronograma de envio de informações das Diretrizes Estratégicas 12, 13, 14 e 15:

No prazo de 90 dias, a partir de 09/01/2023.

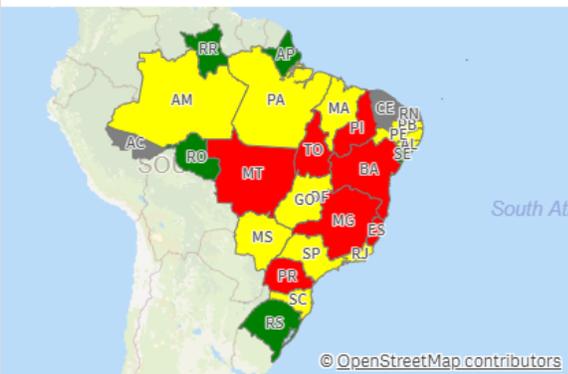
JUSTIÇA ESTADUAL

Meta 1



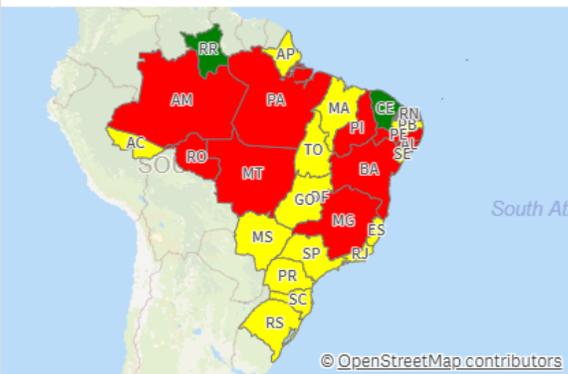
Baixar quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano corrente.

Meta 2



Decidir 100% dos procedimentos disciplinares em curso nos Tribunais, que tenham sido distribuídos até 31/08/2022.

Meta 3



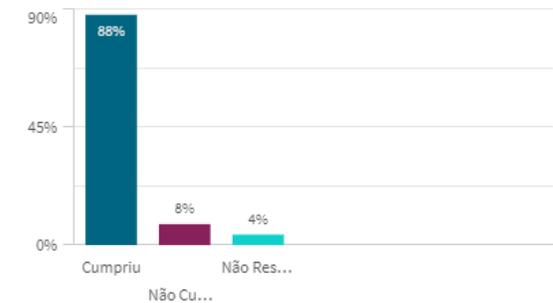
Decidir 80% dos procedimentos disciplinares no prazo de 140 dias a partir da distribuição.

Detalhamento das Metas

Resultado das Metas 1,2 e 3

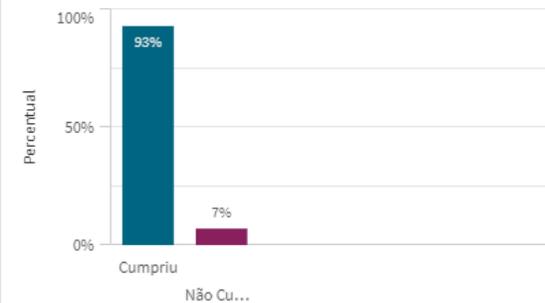
Ramo da Justiça	Tribunal	Valores		
		Meta 01	Meta 02	Meta 03
Estadual		100,00%	77,69%	47,06%

Meta 04



Tramitar, exclusivamente por meio do PJeCor, todos os novos procedimentos contra magistrados de 1º e 2º graus e delegatários, bem

Meta 05



Apresentar, no prazo de 90 dias, a Relação Geral de Vacâncias das Serventias Extrajudiciais. Essa meta só é aplicável à Justiça Estadual.

Meta 6



Apresentar, no prazo de 90 dias, relatório circunstanciado acerca do cumprimento da Resolução CNJ n. 219/2016.

Para visualizar a meta individual, favor selecionar o Ramo da Justiça e/ou Tribunal desejado.

Legenda dos Mapas

- Verde: Meta 100% cumprida;
- Amarelo: Meta cumprida entre 50% e 99.9%;
- Vermelho: Meta cumprida entre 0% e 49.9%.
- Cinza: Sem acervo.

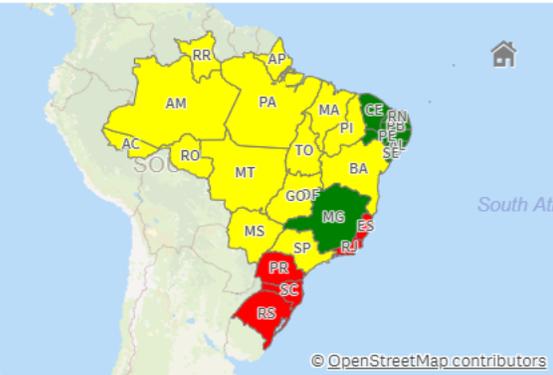
JUSTIÇA FEDERAL

Ramo da Justiça
Federal

Seleções

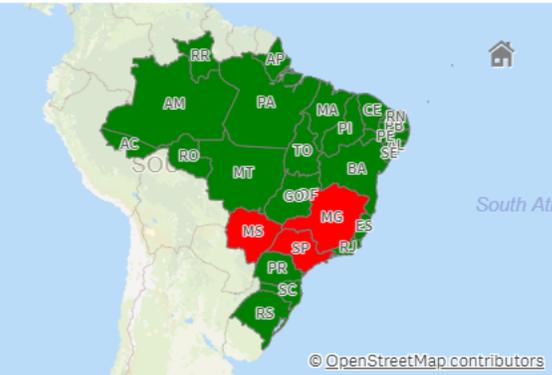


Meta 1



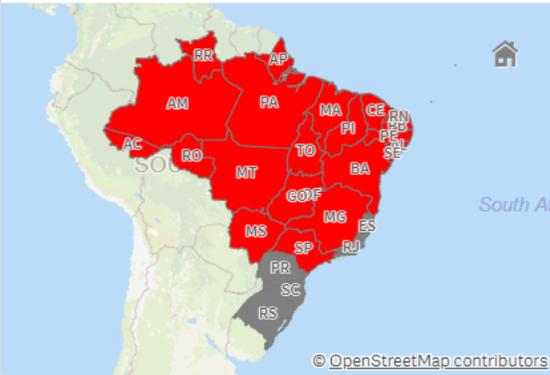
Baixar quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano corrente.

Meta 2



Decidir 100% dos procedimentos disciplinares em curso nos Tribunais, que tenham sido distribuídos até 31/08/2022.

Meta 3



Decidir 80% dos procedimentos disciplinares no prazo de 140 dias a partir da distribuição.

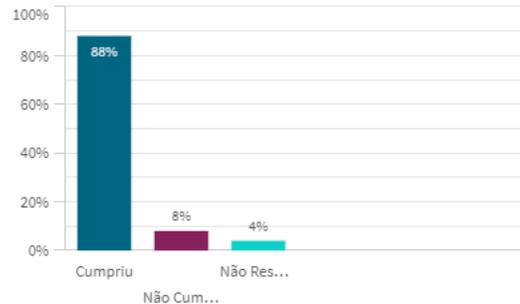
Detalhamento das Metas

Resultado das Metas 1,2 e 3

Ramo da Justiça	Valores		
	Meta 01	Meta 02	Meta 03
Federal	82,35%	100,00%	26,67%
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Corregedoria)	82,35%	21,43%	3,33%
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Presidência)	0,00%	100,00%	50,00%
Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Corregedoria)	0,00%	100,00%	-
Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Corregedoria)	57,14%	0,00%	47,06%
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Corregedoria)	0,00%	100,00%	-
Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Presidência)	100,00%	100,00%	25,00%
Tribunal Regional Federal da 6ª Região (Corregedoria)	100,00%	33,33%	0,00%

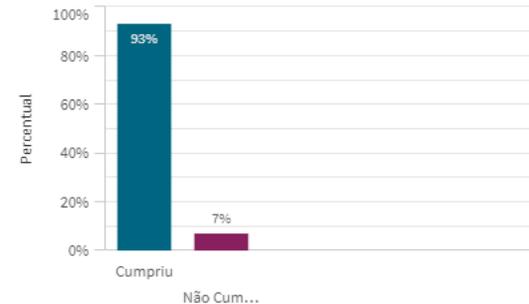
Para visualizar a meta individual, favor selecionar o Ramo da Justiça e/ou Tribunal desejado.

Meta 04



Tramitar, exclusivamente por meio do PJeCor, todos os novos procedimentos contra magistrados de 1º e 2º graus e delegatários, bem

Meta 05



Apresentar, no prazo de 90 dias, a Relação Geral de Vacâncias das Serventias Extrajudiciais. Essa meta só é aplicável à Justiça Estadual.

Meta 6



Apresentar, no prazo de 90 dias, relatório circunstanciado acerca do cumprimento da Resolução CNJ n. 219/2016.

Legenda dos Mapas

Verde: Meta 100% cumprida;
Amarelo: Meta cumprida entre 50% e 99.9%;
Vermelho: Meta cumprida entre 0% e 49,9%.
Cinza: Sem acervo.

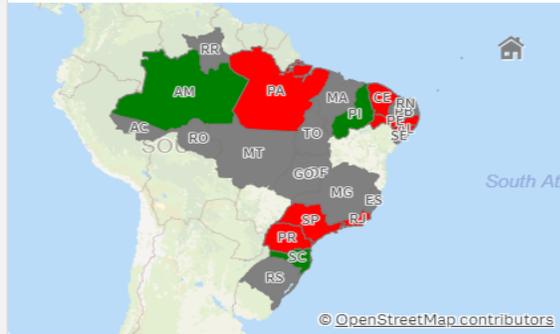
JUSTIÇA ELEITORAL

Meta 1



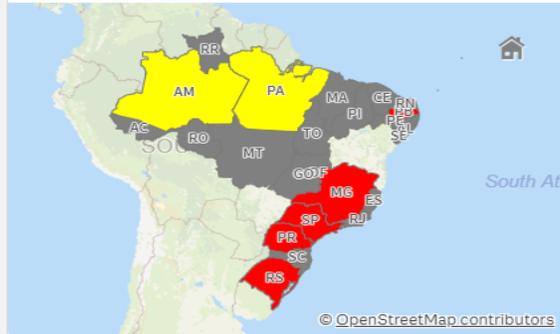
Baixar quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano corrente.

Meta 2



Decidir 100% dos procedimentos disciplinares em curso nos Tribunais, que tenham sido distribuídos até 31/08/2022.

Meta 3



Decidir 80% dos procedimentos disciplinares no prazo de 140 dias a partir da distribuição.

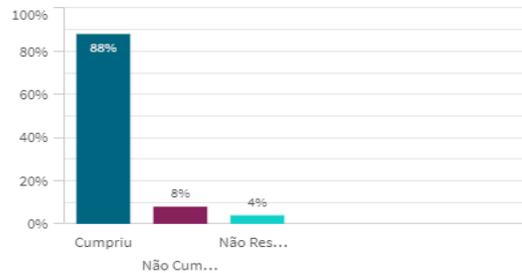
Detalhamento das Metas

Resultado das Metas 1,2 e 3

Ramo da Justiça	Tribunal	Valores		
		Meta 01	Meta 02	Meta 03
Eleitoral		55,56%	50,00%	60,00%

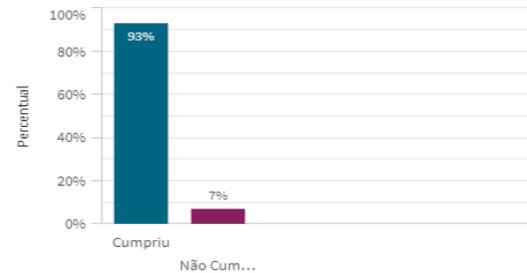
Para visualizar a meta individual, favor selecionar o Ramo da Justiça e/ou Tribunal desejado.

Meta 04



Tramitar, exclusivamente por meio do PJeCor, todos os novos procedimentos contra magistrados de 1º e 2º graus e delegatários, bem

Meta 05



Apresentar, no prazo de 90 dias, a Relação Geral de Vacâncias das Serventias Extrajudiciais. Essa meta só é aplicável à Justiça Estadual.

Meta 6



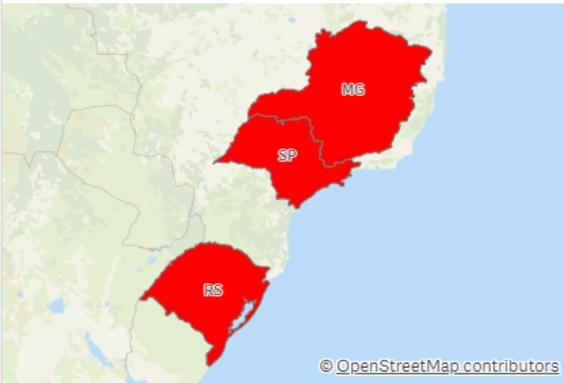
Apresentar, no prazo de 90 dias, relatório circunstanciado acerca do cumprimento da Resolução CNJ n. 219/2016.

Legenda dos Mapas

Verde: Meta 100% cumprida;
Amarelo: Meta cumprida entre 50% e 99.9%;
Vermelho: Meta cumprida entre 0% e 49.9%.
Cinza: Sem acervo.

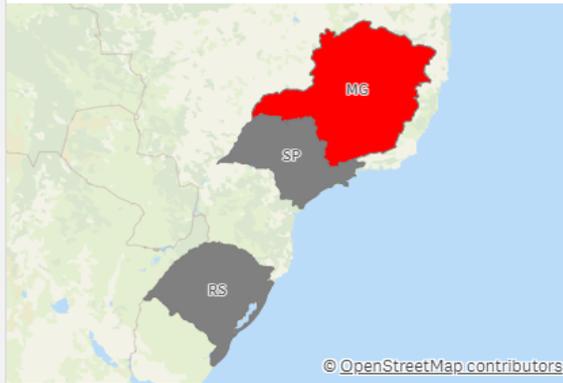
JUSTIÇA MILITAR

Meta 1



Baixar quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano corrente.

Meta 2



Decidir 100% dos procedimentos disciplinares em curso nos Tribunais, que tenham sido distribuídos até 31/08/2022.

Meta 3



Decidir 80% dos procedimentos disciplinares no prazo de 140 dias a partir da distribuição.

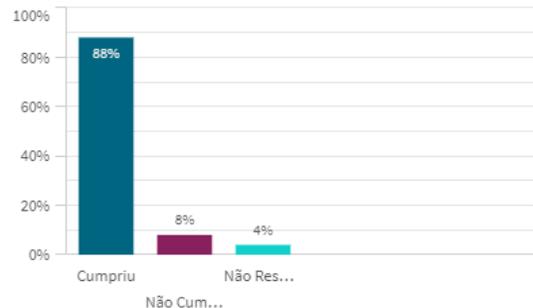
Detalhamento das Metas

Resultado das Metas 1,2 e 3

Ramo da Justiça	Tribunal	Valores		
		Meta 01	Meta 02	Meta 03
Militar		33,33%	0,00%	100,00%
	Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (Corregedoria)	33,33%	0,00%	100,00%
	Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo (Corregedoria)	0,00%	-	100,00%
	Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (Corregedoria)	0,00%	-	-

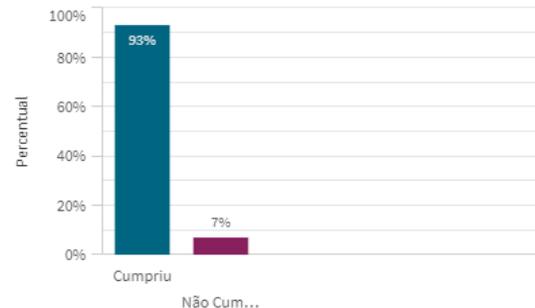
Para visualizar a meta individual, favor selecionar o Ramo da Justiça e/ou Tribunal desejado.

Meta 04



Tramitar, exclusivamente por meio do PJeCor, todos os novos procedimentos contra magistrados de 1º e 2º graus e delegatários, bem

Meta 05



Apresentar, no prazo de 90 dias, a Relação Geral de Vacâncias das Serventias Extrajudiciais. Essa meta só é aplicável à Justiça Estadual.

Meta 6



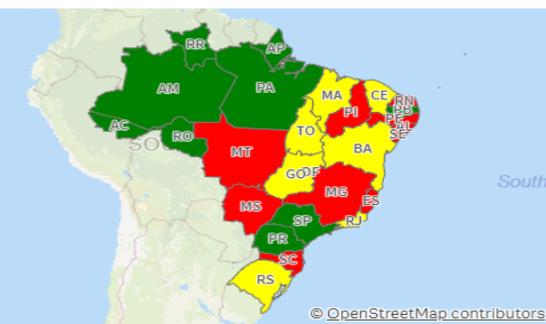
Apresentar, no prazo de 90 dias, relatório circunstanciado acerca do cumprimento da Resolução CNJ n. 219/2016.

Legenda dos Mapas

Verde: Meta 100% cumprida;
 Amarelo: Meta cumprida entre 50% e 99.9%;
 Vermelho: Meta cumprida entre 0% e 49,9%.
 Cinza: Sem acervo.

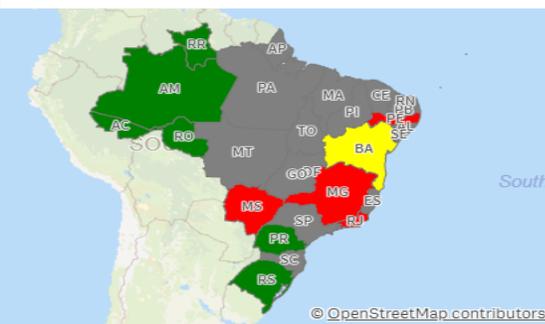
JUSTIÇA DO TRABALHO

Meta 1



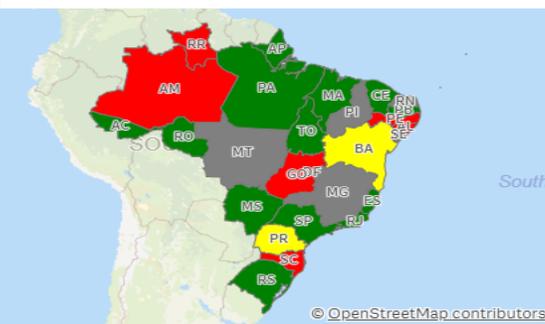
Baixar quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano corrente.

Meta 2



Decidir 100% dos procedimentos disciplinares em curso nos Tribunais, que tenham sido distribuídos até 31/08/2022.

Meta 3



Decidir 80% dos procedimentos disciplinares no prazo de 140 dias a partir da distribuição.

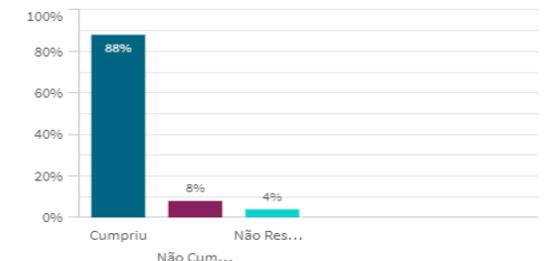
Detalhamento das Metas

Resultado das Metas 1,2 e 3

Ramo da Justiça Q	Tribunal Q	Valores		
		Meta 01	Meta 02	Meta 03
<ul style="list-style-type: none"> Trabalho 				
	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Corregedoria)	75,00%	0,00%	100,00%
	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Presidência)	100,00%	-	100,00%
	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Corregedoria)	0,00%	0,00%	-
	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Corregedoria)	50,00%	100,00%	100,00%
	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (Corregedoria)	63,64%	50,00%	60,00%
	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (Presidência)	33,33%	50,00%	33,33%
	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Presidência)	0,00%	0,00%	0,00%
	Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (Corregedoria)	57,14%	-	100,00%
	Tribunal Regional do Trabalho da 8ª			

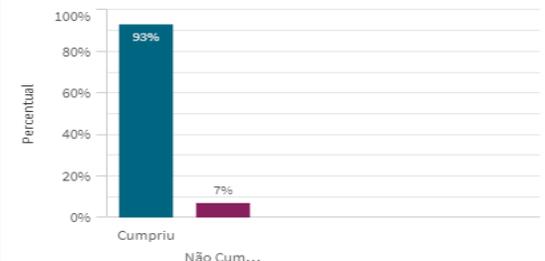
Para visualizar a meta individual, favor selecionar o Ramo da Justiça e/ou Tribunal desejado.

Meta 04



Tramitar, exclusivamente por meio do PJeCor, todos os novos procedimentos contra magistrados de 1ª e 2ª graus e delegatários, bem

Meta 05



Apresentar, no prazo de 90 dias, a Relação Geral de Vacâncias das Serventias Extrajudiciais. Essa meta só é aplicável à Justiça Estadual.

Meta 6



Apresentar, no prazo de 90 dias, relatório circunstanciado acerca do cumprimento da Resolução CNJ n. 219/2016.

Legenda dos Mapas

- Verde: Meta 100% cumprida;
- Amarelo: Meta cumprida entre 50% e 99.9%;
- Vermelho: Meta cumprida entre 0% e 49,9%.
- Cinza: Sem acervo.

CONSELHOS E TRIBUNAIS SUPERIORES



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Meta 1



Baixar quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano corrente.

Meta 2



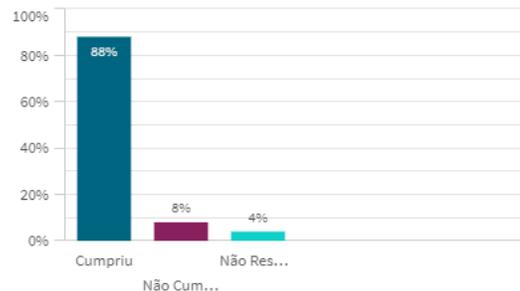
Decidir 100% dos procedimentos disciplinares em curso nos Tribunais, que tenham sido distribuídos até 31/08/2022.

Meta 3



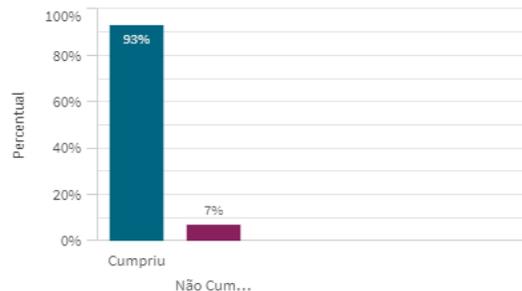
Decidir 80% dos procedimentos disciplinares no prazo de 140 dias a partir da distribuição.

Meta 04



Tramitar, exclusivamente por meio do PJeCor, todos os novos procedimentos contra magistrados de 1º e 2º graus e delegatários, bem

Meta 05



Apresentar, no prazo de 90 dias, a Relação Geral de Vacâncias das Serventias Extrajudiciais. Essa meta só é aplicável à Justiça Estadual.

Meta 6



Apresentar, no prazo de 90 dias, relatório circunstanciado acerca do cumprimento da Resolução CNJ n. 219/2016.

Detalhamento das Metas

Resultado das Metas 1,2 e 3

Ramo da Justiça	Valores		
	Meta 01	Meta 02	Meta 03
Conselhos e Tribunais Superiores	40,00%	50,00%	9,09%

Para visualizar a meta individual, favor selecionar o Ramo da Justiça e/ou Tribunal desejado.

Legenda dos Mapas

- Verde: Meta 100% cumprida;
- Amarelo: Meta cumprida entre 50% e 99.9%;
- Vermelho: Meta cumprida entre 0% e 49.9%.
- Cinza: Sem acervo.

Dois painéis de *Business Intelligence*, relacionados às Metas 1, 2 e 3, foram criados com base nos dados coletados junto aos Tribunais para acompanhamento interno:

- Relatório consolidado dos Processos Administrativos Disciplinares nos Tribunais, link: [PADs de magistrados - CN - Power BI](#)
- Relatório Consolidado dos Inquéritos e Ações Penais contra magistrados nos Tribunais, link: [Inquérito nos Tribunais - CN - Power BI](#)

PAINÉIS DE *BUSINESS INTELLIGENCE*


Pesquisa... 

O CNJ ▾ Gestão da Justiça ▾ Programas e Ações ▾ Publicações e Pesquisas ▾ Sistemas e Serviços ▾ Comunicação e Eventos ▾

Home » Corregedoria Nacional

Corregedoria Nacional

Institucional

- Atribuições
- Regulamento geral
- Atos da Corregedoria
- Corregedor Nacional de Justiça
- Juízes Auxiliares
- Corregedorias nos Tribunais
- Portal da Transparência
- Corregedoria
- 📰 Notícias

PJeCor

- Sobre
- Acesso ao sistema
- Manuais e Documentos
- Webinar
- Treinamento
- Contato

Metas e Diretrizes Estratégicas



Corregedoria Nacional de Justiça

Destaques



Rede de Informações à litigância predatória



7º Fórum Nacional das Corregedorias



Registre-se – Semana Nacional do Registro Civil



Solo Seguro -Semana de Regularização Fundiária

A Corregedoria Nacional de Justiça é responsável pela orientação, coordenação e execução de políticas públicas voltadas à atividade correicional e ao bom desempenho da atividade judiciária dos tribunais e juízos e dos serviços extrajudiciais do País.



PAINEL DE *BUSINESS INTELLIGENCE* SOBRE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES NOS TRIBUNAIS

- Regulamento geral
- > Atos da Corregedoria
- > Corregedor Nacional de Justiça
- > Juízes Auxiliares
- > Corregedorias nos Tribunais
- Portal da Transparência
- > Corregedoria
- Notícias

Acompanhamento de Processos

Acompanhamento de Processos



Relatório Consolidado dos Processos Administrativos Disciplinares nos Tribunais

Relatório Consolidado dos Processos Administrativos Disciplinares nos Tribunais

Relatório Consolidado dos Inquéritos e Ações Penais contra Magistrados nos Tribunais

Relatório Consolidado dos Inquéritos e Ações Penais contra Magistrados nos Tribunais



PAINEL DE BUSINESS INTELLIGENCE SOBRE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES NOS TRIBUNAIS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Corregedoria Nacional de Justiça

Detalhes PADs | Visão Geral PAD | PJeCor

Relatório Consolidado dos Processos Administrativos Disciplinares nos Tribunais

Segmento de Justiça: Todos

Estado: Todos

Utiliza PJeCor: Todos

Tribunal: Todos

[Limpar todos os filtros](#)

Quantidade de Tribunais que Responderam o Questionário

56

Tribunal	Utiliza o PJeCor
Tribunal de Justiça da Bahia	✓ Sim
Tribunal de Justiça da Paraíba	✓ Sim
Tribunal de Justiça de Alagoas	✓ Sim
Tribunal de Justiça de Goiás	✓ Sim
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	✓ Sim
Tribunal de Justiça de Pernambuco	✓ Sim
Tribunal de Justiça de Rondônia	⚠ Não
Tribunal de Justiça de Roraima	✓ Sim
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	⚠ Não
Tribunal de Justiça de São Paulo	⚠ Não
Tribunal de Justiça de Sergipe	✓ Sim
Tribunal de Justiça de Tocantins	⚠ Não
Tribunal de Justiça do Acre	⚠ Não
Tribunal de Justiça do Amazonas	⚠ Não
Tribunal de Justiça do Ceará	⚠ Não
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	✓ Sim
Tribunal de Justiça do Espírito Santo	✓ Sim
Tribunal de Justiça do Maranhão	✓ Sim
Tribunal de Justiça do Mato Grosso	✓ Sim
Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul	⚠ Não

Tribunais que usam PJeCor

Sim	31 (55%)
Não	25 (45%)

Tribunais que usam o PJeCor por Segmento

Usa PJeCor: ● Não ● Sim

Segmento	Não	Sim	Total
Estadual	15	12	27
Trabalho	8	13	21
Federal	2	4	6
Eleitoral	0	1	1
Superiores	0	1	1

Microsoft Power BI

< 3 de 3 >

122%

PAINEL DE *BUSINESS INTELLIGENCE* SOBRE INQUÉRITOS E AÇÕES PENAIS CONTRA MAGISTRADOS NOS TRIBUNAIS

- Regulamento geral
- > Atos da Corregedoria
- > Corregedor Nacional de Justiça
- > Juízes Auxiliares
- > Corregedorias nos Tribunais
- Portal da Transparência
- > Corregedoria
- Notícias

Acompanhamento de Processos

Acompanhamento de Processos

Relatório Consolidado dos Processos Administrativos Disciplinares nos Tribunais

Relatório Consolidado dos Processos Administrativos Disciplinares nos Tribunais

Relatório Consolidado dos Inquéritos e Ações Penais contra Magistrados nos Tribunais

Relatório Consolidado dos Inquéritos e Ações Penais contra Magistrados nos Tribunais



PAINEL DE BUSINESS INTELLIGENCE SOBRE INQUÉRITOS E AÇÕES PENAIS CONTRA MAGISTRADOS NOS TRIBUNAIS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
Corregedoria Nacional de Justiça

Inquérito/Ação Penal

Relatório Consolidado dos Inquéritos e Ações Penais contra Magistrados nos Tribunais

Segmento de Justiça

Todos

Estado

Todos

Existe Inquérito/Ação Penal

Todos

Tribunal

Todos

Limpar todos os filtros

Tribunal	Existe inquérito/ação penal
Tribunal de Justiça de Sergipe	✓ Não
Tribunal de Justiça do Acre	✓ Não
Tribunal de Justiça do Amapá	✓ Não
Tribunal de Justiça do Amazonas	✓ Não
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	✓ Não
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	✓ Não
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	✓ Não
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	✓ Não
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	✓ Não
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	✓ Não
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	✓ Não
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	✓ Não
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	✓ Não
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	✓ Não
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	✓ Não
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	✓ Não
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	✓ Não
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	✓ Não
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	✓ Não
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	✓ Não
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	✓ Não
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	✓ Não
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	✓ Não
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	✓ Não

Quantidade de Tribunais que Responderam o Questionário

71

Tribunais que tem inquérito ou ação penal por Segmento

Inquérito/ação penal: Não (Azul) Sim (Laranja)

Segmento	Não	Sim	Total
Estadual	4	19	23
Eleitoral	21	0	21
Trabalho	16	4	20
Federal	0	6	6
Superiores	0	1	1

Tribunais que tem inquérito ou ação penal

Resposta	Quantidade	Porcentagem
Sim	30	42%
Não	41	58%

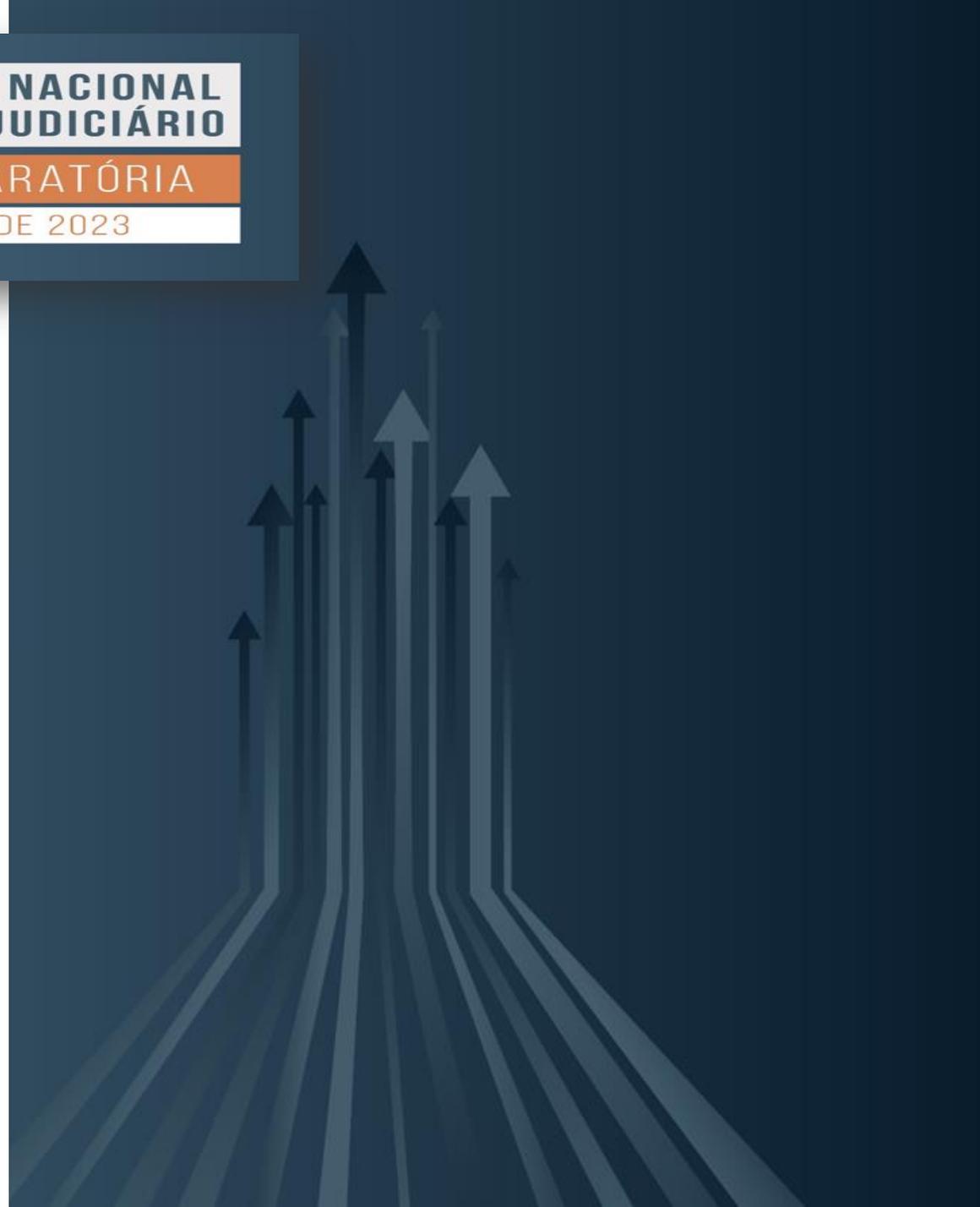
17º ENCONTRO NACIONAL
DO PODER JUDICIÁRIO

2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

28 E 29 DE AGOSTO DE 2023

Diretrizes Estratégicas

12, 13, 14 e 15



DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12 – Informar à Corregedoria Nacional, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas adotadas para o retorno ao trabalho presencial, inclusive no segundo grau de jurisdição (para as Corregedorias de todos os segmentos).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 13 – (1º grau) Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entre a data da prisão e o julgamento (apenas para as Corregedorias dos Tribunais de Justiça).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 14 – (2º grau) Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos recursos em sentido estrito de pronunciados presos em andamento, aferindo o tempo médio de tramitação (apenas para as Corregedorias dos Tribunais de Justiça).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 15 – (2º grau) Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico referente à tramitação dos recursos especial e extraordinário, em processos de réus presos, no 1º semestre de 2022, aferindo o tempo médio do juízo de admissibilidade (apenas para as Corregedorias dos Tribunais de Justiça).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12

(para as Corregedorias de todos os segmentos).

Informar à Corregedoria Nacional, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas adotadas para o retorno ao trabalho presencial, inclusive no segundo grau de jurisdição.

A referida Diretriz estratégica tem aderência com o macrodesafio de Fortalecimento da Política Nacional de Gestão de Pessoas.

Em sessão plenária realizada em 8 de novembro de 2022, ao julgar o Procedimento de Controle Administrativo (PCA) 0002260-11.2022.2.00.0000, o Conselho Nacional de Justiça determinou que os tribunais brasileiros terão 60 (sessenta) dias para fazer os ajustes necessários para a retomada das atividades presenciais por magistrados e magistradas, que têm sido realizadas parcialmente à distância desde março de 2020, devido à pandemia de Covid-19.

***O CNJ não recebeu informações do TRF3 em relação à Diretriz Estratégica 12.**

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12

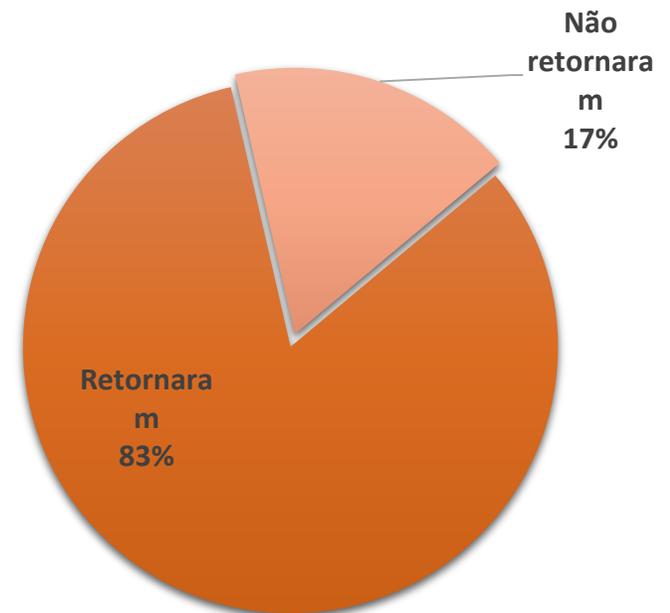
(para as Corregedorias de todos os segmentos).

Informar à Corregedoria Nacional, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas adotadas para o retorno ao trabalho presencial, inclusive no segundo grau de jurisdição.

Percentual de MAGISTRADOS que retornaram ao trabalho presencial
97,30%



Percentual de SERVIDORES que retornaram ao trabalho presencial
82,53%



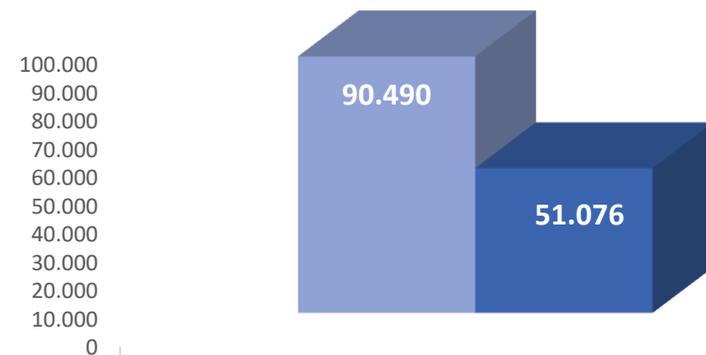
DIRETRIZ ESTRATÉGICA 13

(apenas para as Corregedorias dos Tribunais de Justiça).

(1º grau) Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entre a data da prisão e o julgamento.

A referida diretriz estratégica tem aderência com os macrodesafios de Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal e Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

O Tempo médio de tramitação do processo entre a data da prisão do preso provisório e a data de julgamento (decisão que mantém ou revoga a prisão) é de **418 dias**.



■ Número total de processos com presos provisórios PENDENTES de julgamento referente ao 1º semestre de 2022	90.490
■ Número total de processos com presos provisórios JULGADOS referente ao 1º semestre de 2022	51.076

*Não constam dados dos TJAC; TJPB; e TJMG em relação à DE n. 13.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 14

(apenas para as Corregedorias dos Tribunais de Justiça).

(2º grau) Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos recursos em sentido estrito de pronunciados presos em andamento, aferindo o tempo médio de tramitação.

A referida Diretriz Estratégica tem aderência com os macrodesafios de Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal e Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

Quantidade total de recursos em sentido estrito de réus pronunciados presos em tramitação nos tribunais é de **2.223**.

O Tempo médio de tramitação dos recursos em sentido estrito de réus pronunciados presos (data da distribuição até a data de julgamento do recurso) é de **126 dias**.

*Não constam dados do TJPB em relação à Diretriz Estratégica n. 14.

17º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

28 E 29 DE AGOSTO DE 2023

Obrigado!

CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

